

VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM FEIRA DE SANTANA - BAHIA - BRASIL

Ivana Carla Bispo Mascarenhas¹; Judith Sena da Silva Santana²

1. Universidade Estadual de Feira de Santana, Bolsista PROBIC, Graduada em Enfermagem, e-mail: ivanacbm@hotmail.com
2. Universidade Estadual de Feira de Santana, Professora Titular, Departamento de Saúde, e-mail: judithsena@superig.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Maus Tratos; Criança; Adolescente

INTRODUÇÃO

Ao analisar o fenômeno da violência é importante focalizar não apenas a moralidade do ato, mas suas consequências e também, o contexto sociocultural no qual ocorre. Com efeito, a mesma ação pode ter um significado diferente em contextos históricos e socioculturais diversos. Segundo Brito e colaboradores (2005), a realidade da violência brasileira vem sendo destacada, em especial nas últimas décadas, como importante causa de morbi-mortalidade. Desse modo, não deve ser tratada apenas como um tema do setor jurídico e social, mas também, de outras áreas, em especial, do setor saúde. Muito se tem avançado até o momento e, desde 2001, os casos de maus-tratos contra a criança passaram a ser considerados como um agravo de notificação compulsória em todo o território nacional (MOURA; MORAES; REICHENHEIM, 2008).

A violência contra crianças acompanha a história da humanidade, expressando-se distintamente em cada cultura, decorrente da desvalorização da criança e de uma rede de fatores socioeconômicos, políticos e culturais que se articulam, interagem e se concretizam nas condições de vida de grupos sociais e de áreas específicas.

Logo, esta proposta de estudo se constituiu em mais uma aproximação do fenômeno da violência no que consiste descortiná-lo para melhor entendê-lo, sobretudo considerando a vulnerabilidade das crianças e adolescentes, a carência de políticas públicas eficazes que viabilizem a criação e, principalmente, a manutenção de programas preventivos e de enfrentamento dessa problemática.

Tendo em vista os argumentos aqui apresentados, o presente estudo teve como questão central: Quais as características epidemiológicas dos maus tratos contra crianças e adolescentes em Feira de Santana no ano de 2008? E como objetivos específicos, identificar: os tipos de maus tratos praticados contra crianças e adolescentes em Feira de Santana; a faixa etária e o sexo mais acometidos pelos maus tratos nesse grupo; a área geográfica onde predominam os maus tratos no município; descrever as características dos agressores envolvidos nos eventos violentos; determinar os locais prevalentes de ocorrência das agressões.

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo utilizou o modelo epidemiológico descritivo, que tem como objetivo principal a descrição das características de um fenômeno, estabelecendo a distribuição da ocorrência do problema, o diagnóstico de uma dada situação, em um dado local e período, e identificando as diversas características epidemiológicas.

Para a realização do estudo, foram utilizados dados secundários do Banco de Dados do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Violência e Saúde (NIEVS) da Universidade

Estadual de Feira de Santana (UEFS), coletados a partir dos prontuários de atendimento nos Conselhos Tutelares I e II do município de Feira de Santana, Bahia.

O universo foi formado por crianças, desde o seu nascimento até 10 (dez) anos de idade incompletos, e adolescentes, entre 10 (dez) e 19 (dezenove) anos, cujo evento de vitimização, maus tratos, tenha sido notificado nos Conselhos Tutelares I e II do município de Feira de Santana, Bahia, no ano de 2008.

Os formulários utilizados na coleta dos dados possuem variáveis de estudo correspondentes às crianças e adolescentes vitimizados, à agressão, ao agressor e relacionados à unidade do recebimento da denúncia. Os dados foram tratados utilizando-se o programa estatístico SPSS (Program Statistical Package for the Social Science), considerando-se as nuances que perpassam essa realidade no município com suas interferências contextuais tornando possível localizar e identificar grupos de risco ou vulneráveis. O projeto foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UEFS, sendo aprovado de acordo com o Protocolo CEP-UEFS n.º 0028/2010 (CAAE 0027.0.059.000-10).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo registros dos Conselhos Tutelares I e II de Feira de Santana, no período de janeiro a dezembro de 2008 foram realizadas 3127 denúncias de crianças e adolescentes que foram vítimas de maus tratos nesse município. Verificou-se uma média de 260,6 denúncias/mês, sendo que os meses de junho e julho possuíram os maiores índices, representando, respectivamente 10,5% e 11,2% dos casos, resultados estes que se aproximam da realidade do país.

Os tipos de violência contra crianças e adolescentes encontrados nos registros dos Conselhos Tutelares I e II apareceram tanto na forma de única modalidade em que a criança foi vítima, por exemplo, de abuso físico, abuso sexual, abuso psicológico, negligência, exploração da mão de obra infantil e abandono; como de tipos conjugados, quando, em um mesmo caso, foram identificadas duas ou mais modalidades de violência.

Tabela 1 Distribuição dos Maus Tratos contra crianças e adolescentes por tipo de agressão. Registros dos Conselhos Tutelares (I e II), Feira de Santana-BA, 2008

| TIPO DA AGRESSÃO ^{1,3} | N | % |
|------------------------------------|-------------|--------------|
| Negligência | 774 | 22,7 |
| Abuso físico | 439 | 12,9 |
| Abuso psicológico | 278 | 8,1 |
| Abuso sexual | 144 | 4,2 |
| Exploração da mão de obra infantil | 128 | 3,7 |
| Abandono | 47 | 1,4 |
| Outros ² | 1604 | 47,0 |
| TOTAL | 3414 | 100,0 |

Notas:(1) Respostas múltiplas.

(2) maus tratos, inadequação familiar, desaparecimento, inclusão na bolsa família/ desbloqueio do cartão, rebeldia, conflito familiar, requisição da 2ª via do registro de nascimento, requerimento de paternidade, evasão escolar, adoção, criança/adolescente em trânsito, ato infracional, solicitação de matrícula escolar impedimento de acesso a genitor (a)/familiares, investigação de situação de vida, criança com depressão, questão de pensão alimentícia, inadequação de comportamento, sequestro, pobreza extrema, drogadição;

(3) Dados perdidos: 30.

A negligência foi a modalidade de violência mais notificada, totalizando 774 casos (22,7%), seguida pelo abuso físico (12,9%) e pelo abuso psicológico (8,1%). Pesquisa realizada no município de São José do Rio Preto – SP corrobora com os resultados deste estudo quando apresenta a negligência/abandono em 53% das notificações e o abuso físico 22% (PIRES, 2005).

Também segundo resultados deste estudo, o maior número de casos de violência física foi mostrado em faixas etárias diferentes, sendo mais acometidas a faixa de 10 a 13 anos (31,3%) e de 2 a 5 anos (22%) (Tabela 1). Entre as diversas formas de violência, o abuso físico tem sido apontado, em diferentes países, como muito importante em decorrência da gravidade das lesões e consequências que determina, além dos consideráveis gastos no atendimento e das repercussões para a criança e sua família (MARTINS; MELLO JORGE, 2009).

Tabela 2 Distribuição do quantitativo de crianças e adolescentes vítimas de Maus Tratos por sexo da vítima e tipo da agressão. Registros dos Conselhos Tutelares (I e II), Feira de Santana-BA, 2008.

| SEXO | TIPO DE ABUSO | | | | | | | | | | | | | |
|--------------|---------------|------------|--------------|------------|-------------------|------------|------------------------|------------|----------------------------|------------|---------------------|------------|-------------|-------------------------|
| | ABUSO FÍSICO | | ABUSO SEXUAL | | ABUSO PSICOLÓGICO | | NEGLIGÊNCIA | | OUTROS ABUSOS ² | | OUTROS ³ | | TOTAL | |
| | n | % | n | % | n | % | n | % | n | % | n | % | n | % |
| Masculino | 113 | 48,3 | 10 | 9,7 | 53 | 48,6 | 330 | 51,2 | 193 | 50,9 | 892 | 57,3 | 1591 | 52,6 |
| Feminino | 121 | 51,7 | 93 | 90,3 | 56 | 51,4 | 315 | 48,8 | 186 | 49,1 | 665 | 42,7 | 1436 | 47,4 |
| TOTAL | 234 | 100 | 103 | 100 | 109 | 100 | 645¹ | 100 | 379 | 100 | 1557 | 100 | 3027 | 96,8⁴ |

Notas: (1) negligência geral (605) e abandono (40);

(2) exploração da mão de obra infantil (124) e as denúncias em que a criança ou o adolescente foi vítima de mais de um tipo de agressão;

(3) maus-tratos, inadequação familiar, desaparecimento, inclusão na bolsa família/ desbloqueio do cartão, rebeldia, conflito familiar, requisição da 2ª via do registro de nascimento, requerimento de paternidade, evasão escolar, adoção, criança/adolescente em trânsito, ato infracional, solicitação de matrícula escolar, seqüestro, impedimento de acesso a genitor (a)/familiares, investigação de situação de vida, criança com depressão, questão de pensão alimentícia, inadequação de comportamento, seqüestro, pobreza extrema, drogadição;

(4) para os dados dessa tabela houve 100 (3,2%) dados ignorados.

De acordo com as notificações dos conselheiros no que diz respeito ao sexo da vítima por tipo de agressão, as crianças e adolescentes do sexo masculino foram os que mais sofreram abusos (n= 1591, 52,6%), ficando em destaque nesse gênero os casos de negligência (n=330, 51,2%). O sexo feminino foi atingido em 47,4% das agressões, sendo destaque na ocorrência por sexo de abuso sexual com 90,3%, se comparado ao sexo masculino (Tabela 2).

A maior parte das denúncias realizadas nos Conselhos Tutelares foi por parte de algum familiar, isoladamente, mais pela mãe (30,2%), e pelo pai (14,7%), sendo que quando somados esses valores a pais (0,4%), onde ambos se dirigiram ao órgão para realizar a denúncia, totalizaram 45,3%. Além destes, também realizaram a denúncia, os avós (6,7%), os tios (2,4%), a madrasta (0,3%), o padrasto (0,1%), os irmãos (0,6%), outro familiar (0,2%) e outros (43,8%). A criança ou o adolescente também realizou a denúncia sem ser acompanhado, em 0,7% dos casos.

O destaque da mãe como a principal denunciante foi confirmado no estudo sobre agressão física de Martins e Mello Jorge (2009), representando 24,4% das denúncias, seguido

por outros familiares, tais como tios, cunhados, primos e irmão (20,9%), além de vizinhos e escola (17,1% cada).

Quanto ao local de ocorrência da agressão, a maior ocorrência foi no domicílio (n=1167, 73,8%), seguido de 13,8% dos casos em via pública e 6,4% na escola. Identificou-se, também, que 26 (1,6%) dos casos aconteceram tanto no domicílio como em via pública e outros 4 (0,3%) no domicílio e na escola.

Verifica-se, portanto, que o local de residência da vítima coincide com o local de residência do agressor, ou seja, que autor e vítima moram no mesmo espaço ou próximos, confirmando dados de outras pesquisas e com o cenário real da violência onde o fator causador está presente no seu cotidiano, na própria casa, na escola, no quadra de futebol, no passeio de casa, na casa do vizinho, no trabalho, na casa de outros familiares, entre outros.

Pode-se identificar a relação entre vítima e agressor em 1660 casos, em que a maioria deles possuía algum laço de parentesco com a vítima. A maioria dos agressores era do sexo feminino (35,0%), sendo a mãe, a agressora mais frequente com 845 (50,9%) dos casos, o pai, o segundo principal agressor com 366 casos (22%), vindo em seguida, 5% em que a mãe e o pai, foram, ambos, responsáveis pela agressão.

CONCLUSÃO

O tipo de vitimização mais comum dentre todas foi a negligência. Sendo que o abuso físico e sexual possui maior vitimização na faixa de 10-13 anos e a negligência predomina na faixa de 2-9 anos. Ambos os sexos são vitimizados no total dos tipos, contudo, a violência sexual está mais ligada ao sexo feminino e a negligência atinge sexo masculino. O principal responsável pela denúncia foi a mãe. E local de ocorrência, o domicílio das crianças e dos adolescentes. Concluiu-se também que dentre os principais agressores, estão a mãe e o pai. E que a faixa etária e o sexo dos agressores são dados com poucas informações, o que inviabilizou a análise.

Assim é preciso que haja uma mobilização dos profissionais de saúde, de educação e demais áreas para uma maior participação na identificação e denúncia dos casos no sentido que amplie ainda mais a visão do problema, pois muitos deles não chegam às instâncias notificadoras, sendo que estes dados poderiam subsidiar a efetivação das políticas públicas, e culminar na redução dos agravos de violência.

REFERÊNCIAS

- BRITO, A. M. *et al.*, Violência doméstica contra crianças e adolescentes: estudo de um programa de intervenção. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.10 n.1, p.143-149, 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n1/a15v10n1.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2009.
- MARTINS, Christine Baccarat de Godoy; MELLO JORGE, Maria Helena Prado. Violência física contra menores de 15 anos: estudo epidemiológico em cidade do sul do Brasil. **Rev. bras. epidemiol.**, v.12, n.3, p. 325-337, 2009.
- MOURA, A. T. M. S. de; MORAES, C. L.; REICHENHEIM, M. E. Detecção de maus-tratos contra a criança: oportunidades perdidas em serviços de emergência na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, vol.24, n.12, p. 2926-2936, 2008.
- PIRES, A. L. D. *et al.* Maus-tratos contra crianças e adolescentes: avaliação das notificações compulsórias no município de São José do Rio Preto. **Boletim Epidemiológico Paulista**, ano 2, n.24, 90 p., dez., 2005. Disponível em: < http://bdt.famerp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=31> Acesso em: 18 nov. 2009.